

Exm^o Sr. Presidente da Comissão de Educação e Ciência

Após ler o relatório sobre Ciência em Portugal, não poderia deixar de tecer algumas considerações tendo em conta sobretudo o último capítulo, dedicado à investigação nos Institutos Superiores Politécnicos (ISP).

Muito embora esteja de acordo com o diagnóstico que os autores fazem da situação actual da investigação nos ISP, qualquer observador mais atento percebe a contradição entre aquilo que é implícita e explicitamente reivindicado e a manutenção do actual Sistema Binário, assumido como um facto consumado pelos autores. Ora é precisamente aqui que reside o âmago da questão. Na verdade qualquer que seja o diagnóstico que se faça sobre as dificuldades do Ensino Superior Politécnico (ESP) quer na vertente científica quer na vertente pedagógica, a existência de um sistema binário que espartilha uma das metades do sistema, é um aspecto absolutamente incontornável.

O espartilho que constitui o Sistema Binário traduz-se em alguns dos aspectos referidos no texto (impossibilidade de atribuir o grau de doutor, infra-estruturas insuficientes, desigualdade de tratamento pela tutela) mas não refere outros, talvez ainda mais determinantes para as dificuldades existentes. Estou a referir-me aos enormes estrangulamentos financeiros das instituições politécnicas e à enorme carga lectiva dos seus docentes. Esta é provavelmente a maior dificuldade que sentem as instituições do ESP quanto ao desenvolvimento de trabalho de investigação. Na verdade ninguém consegue investigar quando tem uma carga lectiva de 12 horas semanais (frequentemente mais que isso) ainda por cima dispersas por um leque alargado de disciplinas e de níveis de ensino. Posso referir o meu caso pessoal, extensível a muitos outros colegas, já que tenho este ano uma carga docente próxima das 12 horas repartidas por 10 (dez!) disciplinas diferentes e por 3 níveis de ensino diferentes (CET, licenciaturas e mestrado). Perante este tipo de situações é lícito perguntar por que razão se exige aos docentes dos ISP o grau de doutor, quando na verdade estão condenados não só a não conseguir fazer investigação mas ainda por cima a ter um percurso pedagógico que não anda longe do de um professor de ensino secundário?

Torna-se assim necessário confrontar as intenções políticas da tutela, enfaticamente anunciadas pelo Sr. Ministro Mariano Gago, com os resultados reais que o reforço da natureza binária do ensino superior resultante do novo RJIES e dos novos estatutos de carreira, vieram pretensamente afirmar. O capítulo que me propus comentar é perfeitamente elucidativo a este respeito. Na verdade em vez de conseguir separar as vertentes profissionalizante e académica, o que a reforma do ensino superior conseguiu fazer foi criar um ainda maior sentimento de frustração e de inconformismo por parte dos docentes dos ISP, levando-os a reivindicar por exemplo a atribuição do grau de doutor, para se possa fazer de facto alguma investigação nos ISP. A situação actual é de uma completa dependência dos ISP relativamente às Universidades, dado que os docentes dos ISP acabam por ficar a fazer investigação (os que a fazem, ou seja os mais estóicos) nas instituições onde se doutoraram. Não é assim de admirar que a produção científica dos ISP seja muito baixa e que existam apenas 11 Centros de Investigação. O contrato de confiança com os ISP é o corolário do enorme paradoxo, que continua a ser o ensino politécnico em Portugal. Por um lado o sistema é frequentemente criticado por não ter níveis de ensino e de investigação adequados, mas por outro lado estão vedadas as condições para que esses níveis aumentem. Para resolver a situação aumenta-se a exigência de qualificação dos docentes, mas depois o financiamento adicional proporcionado pelo Contrato de Confiança, é integralmente para a criação e manutenção de cursos pós-secundários...

Não resisti a ler alguns textos do Deputado José Ferreira Gomes onde se faz a comparação entre o sistema português e o americano, no tocante à manutenção de instituições de ensino superior de natureza diversa, desde os Community Colleges às Universidades dos prémios Nobel. No entanto nestes textos faltou referir a enorme competição e completa mobilidade dos docentes e investigadores nas instituições de ensino superior americanas, que faz com que exista um ajustamento das qualificações e das vocações de cada um às necessidades de cada instituição e vice-versa. Ora é precisamente isso que o Sistema Binário português não consegue. Existem docentes universitários que pouco mais fazem que dar aulas e que não pensam sequer em mudar de vida, ao passo que existem docentes nos ISP que a muito esforço conseguiram construir um *curriculum* de investigação mas que se vêem completamente tolhidos devido à rigidez e estanquicidade das carreiras e ao proteccionismo das instituições. Ou seja, quando exigimos a um docente de um ISP o grau de doutor mas depois o obrigamos por falta de alternativas a dar aulas a CET e não lhe damos condições para poder aplicar e desenvolver os conhecimentos que adquiriu, o País está claramente a desperdiçar o investimento em recursos humanos altamente qualificados que está a fazer, coisa que não acontece nos EU.

Não haja ilusões que esta cultura de imobilidade e de “proteger os da casa” não vai mudar, assim como não vai mudar a pressão para o *academic drift*, que o texto em análise bem espelha (mesmo que tal não esteja explícito), por muitos RJIES que surjam a reforçar um espartilho assente em questões meramente formais. No entanto temos mesmo ao lado, um exemplo de coexistência das vertentes profissionalizante e académica no ensino superior: o exemplo Espanhol. A mesma instituição universitária (os nomes e os títulos são tão importantes para os portugueses...) alberga escolas de cariz mais académico e escolas de cariz mais profissionalizante de forma bem definida. É assim possível dentro de cada instituição alocar os recursos de acordo com as suas qualificações, eliminando ao mesmo tempo o estigma “politécnico” que tão bem conhecemos. É assim possível de facto assegurar a vertente profissionalizante e a investigação aplicadas que tanta falta fazem ao País mas que a competição pouco saudável e pouco equilibrada entre universidades e politécnicos não favorece. Refira-se que o modelo Espanhol já é seguido por algumas universidades portuguesas, mas com uma grande diferença: a completa incomunicabilidade de carreiras, que leva à existência de fortes assimetrias e de fortes injustiças dentro das instituições.

De resto só a irrelevância científica, mas também política e social do sistema politécnico tem permitido a manutenção da situação actual. Veja-se por exemplo o Relatório A Ciência em Portugal onde não qualquer referência aos ISP, excepto no capítulo que lhes expressamente dedicado. O facto de as decisões sobre ciência e ensino superior serem tomadas por pessoas esmagadoramente provenientes de um dos sub-sistemas, faz com que essas decisões não tenham em conta o outro e tem impedido que se tenha chegado a uma solução equilibrada que acabe de vez com a clivagem actualmente existente. Essa solução terá que surgir mais tarde ou mais cedo. Um dos motivos prende-se com a necessidade imperiosa de racionalizar a oferta e a distribuição geográfica das instituições de ensino superior, já que a rede actual está claramente desajustada das necessidades e gera despesas incomportáveis. Por exemplo, não faz sentido manter dois serviços distintos de acção social e replicações dos mesmos cursos dentro da mesma cidade ou mesmo dentro da mesma região, como acontece frequentemente, apenas para manter o politécnico separado da universidade. O outro motivo prende-se com a inexorável aproximação de qualificações dos docentes politécnicos relativamente aos seus homólogos universitários. A situação actual terá que mudar a partir do momento em que essas qualificações estiverem insustentavelmente desajustadas das actividades e dos recursos financeiros disponíveis nos ISP.

Em suma, o texto relativo à investigação nos ISP, é apenas mais uma demonstração de que nada é de facto claro na política que tem sido seguida, relativamente ao sub-sistema politécnico. Mais uma vez o legislador e o Estado caem no erro fatal de esperar que as pessoas e as instituições se adaptem e se conformem com as leis, em vez de tentar adequar essas leis à realidade existente, e dessa forma atingir os objectivos pretendidos. Todos estamos de acordo quanto à necessidade de um leque diversificado de formações e de tipos de investigação. No entanto o sistema actual não é seguramente a melhor forma de o conseguir dadas as irracionalidades e as pressões que gera nos dois sub-sistemas estanques. Nesta competição que não deveria existir, há um sub-sistema que será sempre ganhador e um outro que será sempre perdedor. No final quem perde é sem dúvida o País. Haja coragem de integrar os dois sub-sistemas e de aproveitar o que de melhor têm um e outro. Ficaremos todos a ganhar com isso.

Com os melhores cumprimentos,

Joaquim Sande Silva